

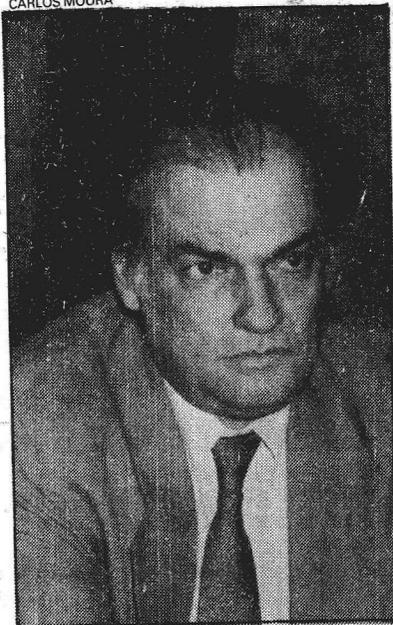
# Menos de 350 é risco, diz Freire

O líder Roberto Freire entende que não adianta submeter ao plenário o pedido de urgência urgentíssima para tramitação do IPMF sem que pelo menos 350 deputados estejam presentes. Ele explica que há partidos contrários ao novo imposto e a aprovação, por se tratar de lei complementar, exige **quorum** qualificado, igual ou superior a 252 votos.

De todo modo, o projeto não está completamente parado. Aprovado na Comissão de Finanças na última quarta-feira (2), o projeto foi enviado à Comissão de Economia, que se reúne hoje pela manhã. “Não estou preocupado com isso, disse o líder do Governo. Se o projeto for aprovado, melhor, porque me poupa pedir urgência urgentíssima”, concluiu. Segundo Freire, se o projeto for aprovado, na Comissão, pode ir a plenário a qualquer momento.

Roberto Freire admite que o projeto ainda é polêmico. “O Governo não se comprometeu com a rolagem das dívidas de estados e municípios com o FGTS e o INSS”, disse. Segundo ele, também é polêmica a questão do acesso da Receita Federal à movimentação das contas. “Não co-

CARLOS MOURA



*Freire: número preocupa*

nheço país no mundo onde possa haver controle sem que haja informação”, disse. “Não se pode impedir a Receita de fiscalizar. Sem fiscalização não há imposto”, concluiu, lembrando que essa questão deverá ser disputada em plenário, “no voto”.

**Emenda** — No Rio, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) disse, ontem, que seu projeto

de reforma tributária — que reduz os impostos a apenas cinco, um destes o IPMF — só deverá ser votado pelo Congresso Nacional em outubro, quando terão início os trabalhos de revisão constitucional. Segundo o parlamentar, a velocidade no processo de aprovação dependerá, também, do engajamento do Governo Federal nos princípios básicos do projeto, já que, através da emenda constitucional, seriam necessários três quintos dos votos dos congressistas.

Em encontro com empresários, na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, o deputado disse que sua proposta foi muito bem aceita na Câmara, principalmente porque “segue a mesma linha de simplificação do chamado imposto único, que já havia recebido uma grande adesão”.

A proposta de Luís Roberto Ponte se baseia na eliminação dos mais de 50 impostos que existem atualmente. Eles seriam reduzidos a apenas quatro, além de uma contribuição. O deputado propõe, ainda, um aumento geral de 25 por cento para as tarifas de energia, combustível e comunicação.